

ALGUNS CARACTERÍSTICOS DA ESCOLA
PRIMÁRIA NO MUNICÍPIO DE
SÃO PAULO, EM 1958

Os característicos que serão apresentados não diferem dos que foram estudados no número anterior dêste Boletim ⁽¹⁾. No entanto, a natureza dos dados é bem diversa — a maior parte dos dados apresentados da vez anterior eram resultados de estimativas, o que não acontece com as informações apresentadas adiante, que resultam da coleta de dados referentes a tôdas as escolas da população.

Explica-se a mudança de procedimentos pelas conclusões a que se chegou no Levantamento do Ensino Primário, sôbre a fidedignidade das informações disponíveis sôbre a escola. Essas conclusões constam da parte final do relatório sôbre os procedimentos dessa pesquisa e indicaram a necessidade de organizar um cadastro das escolas, como ponto de partida para a solução dos problemas originados pelas dúvidas que se levantavam sôbre a fidedignidade dessas informações ⁽²⁾. Parte dos dados apresentados são mesmo resultado do trabalho já desenvolvido pelo CRPE para a construção de um cadastro de escolas. Nessa atividade teve o CRPE a colaboração das autoridades escolares estaduais e municipais e do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo.

Os resultados que seguem valem para o Município de São Paulo e para o ano de 1958. Visando situá-los num

(1) "Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais. Levantamento do Ensino Primário. Primeiros Resultados", in *Pesquisa e Planejamento* — Boletim do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, Ano 2, Vol. 2 — junho de 1958, págs. 103/117.

(2) "Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais. Levantamento do Ensino Primário. Procedimentos", idem, págs. 96/101.

contexto mais amplo, recorreu-se a informações sôbre a matrícula no fim do primeiro mês letivo de 1958, publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Departamento de Estatística do Estado de São Paulo. Todos os demais dados, com fonte não mencionada, são originários da coleta de dados feita no Serviço de Cadastro Escolar, nas Delegacias Estaduais de Ensino e nas Regiões Escolares da Prefeitura, para a construção do nosso cadastro. Para essa coleta usaram-se, principalmente, os mapas de movimento mensal que as escolas enviam às delegacias e regiões, tendo-se visitado as escolas sôbre as quais faltavam informações. Estes dados referem-se a 31 de agosto de 1958, data escolhida para contornar-se o problema da instabilidade da matrícula nos primeiros e nos últimos meses letivos⁽³⁾. No Serviço de Cadastro Escolar obtiveram-se informações, sôbre o tipo de prédio dos grupos escolares, referentes a dezembro de 1957.

Resta uma palavra sôbre a forma de apresentação desses dados. O texto que acompanha as tabelas tem a função de facilitar a sua leitura e, em alguns casos, sugerir uma ou outra orientação para interpretar os dados. Como parece que se conseguiu êsse intento na apresentação de resultados do Boletim anterior, a forma e o próprio texto desta acompanham o mais de perto possível os daquela.

MATRÍCULA SEGUNDO A ENTIDADE MANTENEDORA

Em março de 1958 encontravam-se matriculados nas escolas do Município de São Paulo 353.736 alunos. A grande maioria deles freqüentava *escolas públicas*, isto é, escolas mantidas pelos Governos Estadual e Municipal. Essa situação não é diferente para o Estado e o País.

(3) Em algumas escolas municipais não foi possível obter dados referentes a 31 de agosto pois em algumas regiões os mapas são trimestrais: nesses casos utilizaram-se dados relativos a dezembro.

TABELA I — Matrícula segundo a entidade mantenedora

ENTIDADE MANTENEDORA	SÃO PAULO		BRASIL **
	Município *	Estado *	
Governo Federal	—	—	22 053
Governo Estadual	260 233	1 049 456	3 326 411
Governo Municipal	51 472	136 978	1 706 037
Particular	42 031	68 190	720 745
TOTAL.....	353 736	1 254 624	5 775 246

* Fonte: DEESP — ** Fonte: IBGE.

A análise desses dados oferece elementos valiosos para a compreensão do alcance e das condições da iniciativa privada em educação primária no Brasil. Os 12,5% dos alunos atendidos por esse ensino no País indicam que as entidades particulares pouco se preocupam com o ensino primário, embora as escolas desse nível sejam de instalação e manutenção relativamente mais fáceis do que as de outros níveis. Toda significação desses 12,5% torna-se mais clara quando se compara essa porcentagem com os 68%⁽⁴⁾ da população escolar de nível médio, atendida pelas organizações particulares. O desinteresse da iniciativa particular pelo ensino primário é flagrante. Se os determinantes da iniciativa particular no ensino se prendessem apenas ao cuidado pela formação do cidadão, esse desinteresse pela escola primária não teria justificativa, pois quase a totalidade da população brasileira frequenta somente a escola primária.

Outro característico da iniciativa privada no ensino primário é a tendência das escolas particulares em se localizarem nas zonas urbanas. Esse característico, sugerido quando se compara a matrícula nas escolas particulares do Município e do Estado com os respectivos totais, torna-se evidente ao se considerar o número de alunos das escolas rurais e urbanas do Estado de São Paulo em vários anos.

(4) IBGE: *Anuário Estatístico de 1958*.

TABELA II — Matrícula nas escolas públicas e particulares do Estado de S. Paulo segundo a sua localização *

	Alunos da ZONA URBANA em			Alunos da ZONA RURAL em		
	Escola Pública	Escola Particular	TOTAL**	Escola Pública	Escola Particular	TOTAL**
1935/37	81,8%	18,2%	289 099	94,9%	5,1%	178 691
1938/40	82,3%	17,7%	331 157	97,7%	2,3%	207 903
1941/43	82,6%	17,4%	353 672	99,1%	0,9%	214 876
1944/46	84,0%	16,0%	406 034	99,3%	0,7%	229 494
1947/49	85,9%	14,1%	463 475	99,5%	0,5%	266 175
1950/52	88,0%	12,0%	551 953	99,3%	0,7%	294 175
1953/55	89,3%	10,7%	624 110	99,4%	0,6%	343 139

* Fonte: DEESP.

** Esses dados constituem números médios calculados para cada triênio. Na categoria zona rural incluíram-se as escolas existentes nas vilas.

Como se observa, apenas uma minoria dos alunos do curso primário vem freqüentando escolas particulares e sua proporção tem caído através dos anos, enquanto aumenta a dos que freqüentam as escolas públicas. Nota-se também a concentração do ensino particular nas cidades, que é onde pode apresentar resultado econômico compensador.

O fato de 42.031 dos alunos do Município de São Paulo estarem matriculados em escolas particulares não significa, como à primeira vista pode parecer, que seja reduzido o número dessas escolas. Na realidade êsse número é bastante elevado pois a maioria das escolas particulares tem poucos alunos.

TABELA III — Distribuição das escolas públicas e particulares, segundo o número de alunos matriculados

ESCOLAS COM	Escolas * Públicas	Escolas Particulares
Mais de 999 alunos	101	1
999 a 300 alunos	201	45
299 a 100 alunos	213	113
Menos de 100 alunos	191	234
TOTAL	706	393

* As escolas isoladas em um mesmo endereço foram consideradas como uma única escola.

Nota-se o grande número de escolas particulares com menos de 100 alunos. Essas escolas, em geral, são constituídas de uma classe ou duas, com alunos de várias séries, funcionando em condições precárias — material didático pobre, e instaladas em salas de uma residência, quando não em garagens e dependências de igreja. Observa-se mesmo um grande contraste quando se comparam essas escolas com as de mais de 300 alunos, entre as quais há algumas que têm instalações e material didático muito superiores aos das escolas públicas.

As escolas particulares de menos de 100 alunos merecem um outro tipo de observação. Foi neste tipo de escolas que se encontrou maior dificuldade para coligir informações. São escolas que aparecem e desaparecem, não enviam informações às autoridades escolares e estão sujeitas a uma fiscalização mais frouxa, pois muitas estão em locais de difícil acesso e os seus professôres não estão obrigados a comparecer a reuniões pedagógicas, como acontece com os professôres de escolas isoladas. Isso explica, em parte, as condições precárias apontadas.

Parece razoável a conclusão de que os poderes públicos são, mais do que as entidades particulares, fôrças democratizadoras do ensino primário. De fato, não se retraíram do ensino primário, suas escolas atendem à maioria dos alunos e não se concentram nas zonas urbanas. Sôbre o poder público vem recaindo o encargo de concretizar o princípio democrático da universalidade do ensino primário fundamental comum.

MATRÍCULA SEGUNDO A SÉRIE

No Brasil, em geral, a matrícula no curso primário cresce à medida que avançam as séries. Lembrem-se, mais uma vez, as observações sôbre o decréscimo nas 4.^a e 5.^a séries, já feitas no número anterior d'êste Boletim (pág. 107). Essas séries não existem em tôdas as escolas, inclusive nas do Estado de São Paulo e sua Capital — as escolas rurais dão

três anos de curso e a 5.^a série, quando existe nas escolas urbanas, é de frequência facultativa.

TABELA IV — Índice de matrícula nas séries do curso primário no Município, no Estado e no País em 1958.

MUNICIPIO S. PAULO *			ESTADO DE S. PAULO *		BRASIL **	
Séries	Matrícula	Índice	Matrícula	Índice	Matrícula	Índice
1. ^a	115 564	100	463 502	100	3 019 744	100
2. ^a	102 417	89	357 849	77	1 275 890	42
3. ^a	74 328	64	252 331	54	896 160	30
4. ^a	52 489	45	164 529	35	537 892	18
5. ^a	8 938	8	16 413	4	45 560	2

* Fonte: DEESP — ** Fonte: IBGE.

Os índices mostram que o decréscimo é menos acentuado no Município e mais no País, ficando o Estado numa posição intermediária.

Ao comentar os dados de 1957, chamou-se a atenção para a situação diferente que então existia — o Município e o Estado com as posições trocadas, isto é, o decréscimo era menos acentuado no Estado e mais no País, ficando o Município na posição intermediária ⁽⁵⁾. Para explicá-la, lembrou-se a expansão da rede escolar estadual e a criação do sistema escolar primário pela Prefeitura, que permitiram um aumento de quase 100.000 matrículas de 1956 para 1957. Essas novas matrículas, dizia-se então, distribuíram-se desproporcionalmente pelas séries do curso primário, concentrando-se sobretudo nas primeiras, fato que explica a acentuada diferença entre os índices de matrícula por série, em 1957.

(5) "Levantamento do Ensino Primário. Primeiros Resultados", já citado, pág. 108.

TABELA V — Índice de matrícula nas séries do curso primário no Município, em 1955, 1956, 1957 e 1958 *

Séries	1955		1956		1957		1958	
	Matrícula	Índice	Matrícula	Índice	Matrícula	Índice	Matrícula	Índice
1. ^a	81 545	100	86 573	100	136 662	100	115 564	100
2. ^a	64 387	79	67 446	78	90 658	66	102 417	89
3. ^a	54 088	66	48 859	56	64 492	47	74 328	64
4. ^a	37 390	46	36 052	42	44 296	32	52 489	45
5. ^a	2 971	4	4 262	5	5 387	4	8 938	8
TOTAL	240 381		243 194		341 495		353 736	

* Fonte: DEESP.

A queda da matrícula na 1.^a série e o aumento de alunos da 2.^a série em 1958, em relação ao ano anterior, sugerem a hipótese de que o exagerado crescimento de matrícula ocorrido entre 1956 e 1957 verificou-se quando uma camada da população, até então à margem da escola, passou a procurá-la, talvez como consequência da criação do sistema escolar municipal e dos debates provocados por êsse fato no segundo semestre de 1956. Um e outro, provavelmente, são expressão, e até certo ponto causa, das necessidades educacionais que se manifestaram através da grande procura escolar em 1957.

A situação que acaba de ser apresentada não é a mesma para tôdas as escolas do Município de São Paulo. Do mesmo modo que no ano anterior, o decréscimo da matrícula é maior nas escolas públicas — estaduais e municipais — do que nas particulares. Como já se lembrou, o decréscimo menos acentuado nas escolas particulares está ligado, provavelmente, ao tipo de clientela dessas escolas ⁽⁶⁾.

(6) "Levantamento do Ensino Primário. Primeiros Resultados", já citado, pág. 109.

TABELA VI — Índice de matrícula nas séries das escolas públicas e particulares em 1958*

Séries	ESCOLA PÚBLICA		ESCOLA PARTICULAR	
	Matrícula	Índice	Matrícula	Índice
1. ^a	104 451	100	11 113	100
2. ^a	92 190	88	10 227	92
3. ^a	64 893	62	9 435	85
4. ^a	43 550	42	8 939	80
5. ^a	6 621	6	2 317	21

* Fonte: DEESP.

Comparando êsses índices de matrícula nas diferentes séries das escolas públicas com os de 1957⁽⁷⁾, verifica-se que em 1958 o decréscimo foi menos acentuado. Isso talvez se explique pela consciência da necessidade da educação primária em conseqüência do grau de urbanização e industrialização atingido pelo Município. Mas há uma outra explicação possível e que, de um certo modo, completa a anterior: a de que, neste momento, o desvirtuamento do ensino está se completando com a sua adaptação às condições precárias em que é realizado: uma escola de poucas horas letivas diárias, número elevado de alunos por classe e recursos materiais deficientes.

MATRÍCULA POR CLASSE

Na apresentação de dados do Boletim anterior fêz-se uma distinção entre as classes simples, formadas por alunos de uma única série e as classes anexadas, constituídas por alunos de duas ou mais séries. Nesta oportunidade deixou-se de lado essa informação porque, além de implicar uma coleta muito trabalhosa, a análise dos dados de 1957 mostrava a irrelevância do número de classes anexadas do Município — que compreendiam apenas 3,6% dos alunos.

A outra distinção feita no número anterior — classes comuns e de emergência — também não será usada, embora se

(7) Idem.

disponha de informações sôbre cada um dêsses tipos. No entanto, convém chamar a atenção para o elevado número de alunos na 1.^a série das classes de emergência — 16.145 — e repetir um comentário do Boletim anterior. Como são substitutos os professôres que lecionam nas classes de emergência, os alunos dessas classes, ainda no período de adaptação à escola, ficam a cargo de professôres no início de carreira.

A matrícula média por classe, no Município de São Paulo, é 34,7. Essa média, no entanto, é pouco expressiva, pois são muito diferentes as médias de alunos por classe nos diferentes tipos de escola.

TABELA VII — Matrícula média por classe nas escolas estaduais, municipais e particulares

	Matrícula	Classes	Média p/ classe
Estaduais	264 308	7 226	36,6
Municipais	50 067	1 551	32,3
Particulares	50 126	1 743	28,8
TOTAL	364 531	10 520	34,7

Êsses dados estão a indicar uma aparente situação privilegiada da escola particular em relação às outras quanto ao número de alunos por classe. Infelizmente a decisão, da qual não se pôde fugir, de considerar como unidade para coleta e análise de dados a série e não a classe, trouxe como consequência a impossibilidade de se ter o número de alunos realmente matriculados em cada classe. Por isso se lançou mão do artifício de considerar o número de alunos de uma escola como se se distribuíssem igualmente pelas suas classes, isto é, para a elaboração da tabela abaixo, tomou-se a média de alunos por classe em cada escola, para a construção dos intervalos da distribuição. A cada intervalo fêz-se corresponder o número de escolas e o número de classe e de alunos dessas escolas.

O artifício usado, embora diminua a precisão do cálculo, não acarreta um êrro capaz de modificar a situação que será apresentada e, por outro lado, dá maior segurança na análise

das médias da tabela anterior. Esse tratamento dos dados mostra que as médias de alunos por classe exprimem a situação das escolas estaduais e municipais. Das escolas particulares, não.

TABELA VIII — Número de escolas, classes e alunos segundo a média de alunos por classe.

Média de Alunos por classe	ESCOLA PÚBLICA			ESCOLA PARTICULAR		
	Escolas*	Classes	Alunos	Escolas	Classes	Alunos
— 20	18	72	1 260	156	460	6 252
20 — 30	123	691	18 859	102	436	11 051
30 — 35	225	2 357	78 465	47	251	8 250
35 — 40	265	4 441	164 876	40	284	10 515
40 —	75	1 216	50 915	48	312	14 058
TOTAL	706	8 777	314 375	393	1 743	50 126

* As escolas isoladas em um mesmo endereço foram consideradas como uma única escola.

Nas escolas particulares a variabilidade do número de alunos por classe é grande e por isso a média é um dado pouco significativo. Observa-se mesmo que nelas existem aproximadamente 25.000 alunos em escolas com mais de 35 alunos por classe — isto representa cerca de 50% da matrícula nessas escolas.

Outra observação interessante, sugerida por essa tabela, é a de que, apesar da grande maioria dos alunos das escolas oficiais freqüentar aula em classes com mais de 35 alunos, o número de crianças que o ensino público atende em classes de menos de 35 alunos é maior do que o total de alunos das escolas particulares.

MATRÍCULA SEGUNDO DURAÇÃO DE PERÍODO LETIVO DIÁRIO

Em 1958, recebiam no máximo 3 horas e 15 minutos de aula por dia 69,5% dos alunos matriculados nas escolas primárias de São Paulo. Essa situação apresenta-se mais grave

quando se sabe que nesses 69,5% estão incluídos 37.104 alunos que tinham menos de 2 horas e 45 minutos de aula por dia.

TABELA IX — Matrícula segundo a extensão do período e a entidade mantenedora.

Período* em horas	TOTAL	Estado	Município	Particular
2:00	6.837	6.353	—	484
2:30	30.267	29.258	365	644
3:00	216.411	196.151	10.956	9.304
3:30	11.205	1.677	—	9.528
4:00	99.815	30.869	38.746	30.230
TOTAL	364.535	264.308	50.067	50.190

* Os números da primeira coluna referem-se a pontos médios de intervalos cuja amplitude é de 30 minutos. O primeiro e o último intervalos, com limites indefinidos.

A diferenciação da matrícula segundo a entidade mantenedora mostra a posição das escolas estaduais, municipais e particulares, uma em relação às outras. Enquanto 87,7% da matrícula geral nas escolas estaduais compõe-se de alunos que recebem no máximo 3:15 horas de aula diárias, nas escolas municipais a porcentagem de alunos, nessas condições, é de apenas 22,6%. As escolas municipais encontram-se em melhor situação que as do Estado porque, excluindo-se essa porcentagem (22,6%), relativamente reduzida, todos os alunos restantes recebem praticamente 4:00 horas, ou mais, de aula por dia. As escolas particulares parecem estar numa situação privilegiada, com apenas 20,8% dos alunos recebendo no máximo 3 horas e 15 minutos diários de aula. Considerando-se, porém, o aspecto comercial das iniciativas privadas em educação, não se justifica que mesmo um pequeno número de alunos receba tão poucas horas de aula por dia.

As porcentagens acima apresentadas, embora mostrem que o ensino municipal e o ensino particular procuram dar maior número de horas diárias de aula à maior parte de seus alunos, o ensino estadual dá, efetivamente, maior número de horas de aula diárias a maior número de alunos, isto é, atende três vezes mais crianças que o ensino municipal e o particular juntos, com o máximo de 4 horas e 15 minutos de aula por dia.

MATRÍCULA SEGUNDO AS CARACTERÍSTICAS
DO PRÉDIO ESCOLAR

Entre as deficiências do ensino primário da Capital de São Paulo, situa-se como uma das mais graves a que é representada pelas condições dos edifícios escolares. O fato mais surpreendente para o observador é o grande número de alunos freqüentando aula nos chamados “galpões de emergência” (construções *provisórias* com paredes de madeira e telhado de cimento-amianto que têm, geralmente, duas ou três salas). Esse tipo de construção surgiu quando o Convênio Escolar entre o Estado e o Município de São Paulo, ao determinar a demolição de velhos prédios para a edificação de novos edifícios escolares, tornou necessário acomodar provisoriamente os alunos. Denunciado o Convênio, essas construções, de provisórias, passaram a definitivas. Mais ainda, passaram a ser o recurso fácil e barato para o atendimento à crescente procura de matrícula.

TABELA X — Número de Alunos em Grupos Escolares Estaduais e Escolas Municipais, segundo as características do prédio escolar.

	GRUPOS ESCOLARES	ESCOLAS MUNICIPAIS
Alvenaria	132.178	17.429
Galpão	72.326	32.638
Alvenaria e Galpão	33.099	—

Atualmente, 30,4% dos alunos de grupos escolares estão alojados em “galpões de emergência” e 13,9%, em locais onde há galpões ao lado dos prédios de alvenaria.

A situação da escola primária municipal é um pouco diferente porque o Município, ao se dispor à criação rápida de uma rede escolar própria, não possuía prédios escolares e recorreu ao “galpão de emergência”. Isso explica, em parte,

os 65,2% de alunos dessas escolas que freqüentam aula em galpões.

Não se têm informações de 1958 sôbre as escolas particulares e isoladas estaduais, mas a situação dessas escolas não deve ter-se alterado significativamente em relação a 1957. No ano passado, 26,6% dos alunos de escolas isoladas estaduais assistiam às aulas em galpões e 19,4% dos alunos das escolas particulares estavam em classes que funcionavam em locais que não foram construídos nem adaptados para o ensino, como salas de uma residência, garagens, dependências de igreja, etc ⁽⁸⁾.

CONSIDERAÇÕES SÔBRE A CAPACIDADE DO SISTEMA ESCOLAR

Os dados apresentados permitem algumas considerações sôbre a capacidade do sistema escolar. A atualidade dêsse tema decorre dos entendimentos em curso entre o Governo Federal e o Estadual, para a execução de um programa de expansão da rêde escolar da Capital.

No Boletim anterior fêz-se alusão à capacidade do sistema escolar quando se discutiu a possibilidade de se estender a escolaridade para 6 anos. Naquela ocasião mostrou-se que isso seria impossível sem a construção de novos prédios. As construções levantadas em 1958 não chegam a mudar a situação.

Nesta oportunidade, tendo em vista a possível realização de um programa de expansão da rêde, pretende-se insistir na necessidade de que essa expansão venha antes a eliminar alguns defeitos gritantes do sistema escolar do que ligar-se a um programa de extensão da escolaridade: os 69,5% de alunos com 3:15 horas e menos de aula por dia, o grande número de crianças que estão em classes com 35 e mais alunos e os 33,4%

(8) Boletim n.º 2, pág. 115, tabela XIII.

que assistem às aulas em galpões — construções que, além de serem perecíveis, em geral não oferecem condições satisfatórias de conforto.

Se tôdas as escolas viessem a atender a certos padrões mínimos de funcionamento — prédios adequados, classes com 35 alunos e períodos letivos diários de 4 horas — o sistema não comportaria as matrículas atuais. Os dados disponíveis não permitem determinar com precisão a quanto decresceriam. Permitem, porém, uma avaliação parcial bastante expressiva, tomando por base a informação de que nos grupos escolares há 2.356 salas de aula das quais pelo menos 678 estão em galpões. Se os grupos escolares tivessem classes de 35 alunos e dessem 4 horas diárias de aula, isto é, funcionassem em dois períodos, êles poderiam atender 164.920 alunos. Se eliminarmos as classes que funcionariam em galpões, o número de matrículas possíveis cairia a 117.460. Como estão matriculados 237.603 alunos nos grupos escolares, conclui-se que faltam acomodações para atender 119.143 alunos não contando as salas de galpões. Para atender a êsses 119.143 alunos em salas onde funcionem classes com 35 alunos e 4 horas diárias de aula, haveria necessidade de se construírem 1.702 salas. Êsse o deficit que deverá ser coberto num programa de expansão da rêde escolar, desde que se considerem as escolas isoladas estaduais e as escolas municipais e particulares em condições satisfatórias. E isto não é verdade, como muitos dos dados apresentados indicam.

Para tornar mais clara esta discussão pode-se calcular o número de salas⁽⁹⁾ que seriam necessárias para atender aos atuais alunos de grupos escolares se se pretendesse introduzir medidas que levassem ao aumento de horas diárias de aula e à diminuição do número de alunos por classe. O quadro abaixo apresenta várias alternativas possíveis, começando com

(9) Nesses cálculos há um êrro para menos que se origina da suposição de que tôdas as salas estão sendo usadas sempre e de que tôdas as classes estão lotadas.

uma situação bastante próxima da que existe efetivamente e terminando por uma situação que se pode chamar de ideal, quando se considera a nossa realidade.

Horas diárias	Períodos por dia	Alunos por classe	Salas necessárias para 237.603 alunos	Deficit de salas computando as 2.356 existentes	Deficit de salas eliminando as 678 em galpão
3	3	35	2.263	não há	585
4	2	40	2.970	614	1.292
4	2	35	3.394	1.038	1.716
4	2	30	3.960	1.604	2.282

Para ilustrar, ainda mais, esta exposição, pode-se calcular o custo dessas construções, considerando-se que se pretende ter escolas com 4 horas de aula e 35 alunos por classe. Pode-se estabelecer, para efeito desse cálculo, que a cada sala de aula correspondem 50 metros quadrados de construção. Se o metro quadrado de construção custar Cr\$ 5.000,00, só em prédios esse programa de expansão da rede custará Cr\$ 423.000.000,00.

É bom notar que esse custo foi calculado dando por satisfatórias as condições das escolas municipais e isoladas estaduais. Mais ainda, não se considerou o preço dos terrenos para as construções e o material escolar — carteiras, lousas, etc. — que será necessário adquirir. Considerados estes, o programa custará cerca de um bilhão de cruzeiros. E quanto mais tarde for iniciado, mais caro custará.

Só para argumentar, poder-se-ia dizer que a introdução da promoção automática — prática pedagógica adotada em outros países — reduziria bastante a necessidade de novos prédios escolares e muitos dos edifícios que se construíssem ficariam sem uso. Mas se isso acontecesse, teriam sido criadas algumas das condições materiais necessárias à extensão da escolaridade para 6 anos. Certamente a sobra de prédios

não seria suficiente sequer para que as nossas escolas dessem a seus alunos 6 horas de aula diárias — outro ideal acalentado pelos educadores modernos. Essa extensão da escolaridade e êsse aumento do período letivo diário são objetivos básicos para uma escola que venha a atender aos reclamos educacionais de uma sociedade, como a nossa, no caminho da industrialização e assistindo à cristalização de um regime democrático de govêrno, um e outro tão reconhecidamente dependentes da educação fundamental comum.